

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 88/2025

De: Coordenadoria Trabalhista | Gerência da Procuradoria do Contencioso

Para: Diretor Jurídico

Assunto: Solicitação autorização para contratação de curso, na modalidade presencial *in company*, com o tema: “Planejamento, fase preparatória e integridade nas contratações”

Sr. Diretor Jurídico,

Servimo-nos do presente para, gentilmente, solicitar sua autorização para a Contratação de curso, na modalidade presencial *in company*, com o tema: “Planejamento, fase preparatória e integridade nas contratações”, promovido por Supercia Capacitação e Marketing Ltda, conforme informações constantes no Termo de Referência em anexo.

Conforme exposto na justificativa do Termo de Referência, um dos objetivos estratégicos da APPA relacionado às pessoas é o fomento ao desenvolvimento de aptidões e competências, com a finalidade de gerar valor ao intelecto humano e promover acesso à alta qualificação.

Assim, a atualização dos empregados que atuam nos processos de contratação da APPA, além de estar alinhada aos princípios da administração pública, faz parte dos objetivos desta Empresa Pública, com a missão de agregar valor à organização e à toda comunidade portuária.

Na mesma linha, o acompanhamento periódico do RILC decorre não apenas do que seguiu expressamente disposto no art. 40 da Lei nº 13.303/2016, mas também da evolução dos procedimentos internos e das práticas adotadas no setor portuário.

Instituída pela Portaria nº 188/2024/APPA, a Comissão Permanente de Revisão e Atualização do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, após mais de 20 encontros para debate e deliberação, apresentou as alterações propostas para o normativo à Diretoria

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Executiva, que, por sua vez, submeteu à deliberação do CONSAD, tendo sido a proposta de atualização do RILC aprovada na 128ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração (protocolo 20.501.968-5).

É neste contexto que a oferta de um curso *in company* - que aborde os temas em comento – torna-se medida que se impõe, no sentido de que os atores envolvidos na condução do processo de contratação estejam alinhados às diretrizes constantes do Regulamento de Licitações e Contratos.

Sendo o que nos cabia, solicitamos sua análise e deliberação e nos colocamos à disposição para esclarecimentos que forem necessários.

Paranaguá, 8 de maio de 2025.

Stephanie Avila Fonseca Dicas

Coordenadora do Contencioso Trabalhista

Assinatura eletrônica

Maria Augusta Mendes

Coordenadora Administrativa

Assinatura Eletrônica

Rodrigo Di Piero Mendes

Gerente da Procuradoria do Consultivo

Assinatura eletrônica

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de curso, na modalidade presencial *in company*, com o tema: “Planejamento, fase preparatória e integridade nas contratações”, ofertado por Supercia Capacitação e Marketing Ltda.

2. JUSTIFICATIVA

Um dos objetivos estratégicos da APPA relacionado às pessoas é o fomento ao desenvolvimento de aptidões e competências, com a finalidade de gerar valor ao intelecto humano e promover acesso à alta qualificação.

Assim, a atualização e capacitação contínua de seus empregados é propósito elementar no que diz respeito às metas relacionadas ao capital humano desta Administração Portuária.

Por essa razão, a atualização dos empregados que atuam nos processos de contratação da APPA, além de estar alinhada aos princípios da administração pública, faz parte dos objetivos desta Empresa Pública, com a missão de agregar valor à organização e à toda comunidade portuária.

Conforme destacado na manifestação da Comissão Permanente de Revisão e Atualização do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, instituída pela Portaria nº 188/2024/APPA, “a boa administração impõe a todo agente público a realização de suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 48ª ed., São Paulo: Malheiros, 2022)” (fls. 75/104; prot. 20.501.968-5).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Na mesma linha, o acompanhamento periódico do RILC decorre não apenas do que seguiu expressamente disposto no art. 40 da Lei nº 13.303/2016, mas também da evolução dos procedimentos internos e das práticas adotadas no setor portuário.

O trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente foi objetivo e assertivo, acolhendo, no máximo possível, os questionamentos e anseios das áreas que dele se utilizam para garantir a evolução dos processos de contratação, oferecendo soluções mais seguras, seja do ponto de vista operacional, seja do ponto de vista jurídico, menos burocráticas, e mais completas.

No decorrer de sua manifestação, a Comissão Permanente elencou os principais pontos revisados de forma pormenorizada. Assim, desnecessário que aqui se repitam os argumentos para cada alteração proposta.

É neste contexto que a oferta de um curso *in company* - que aborde os temas em comento – torna-se medida que se impõe, no sentido de que os atores envolvidos na condução do processo de contratação estejam alinhados às diretrizes constantes do Regulamento de Licitações e Contratos.

A importância desta capacitação reflete-se também na compreensão dos empregados quanto aos aspectos técnicos dos processos de contratação. Noutras palavras, é relevante que estejamos todos “na mesma página” no que se refere às exigências legais para condução das contratações públicas.

Dito isso, é relevante mencionar que a Comissão Permanente de Revisão e Atualização do Regulamento Interno de Licitações e Contratos apresentou as alterações propostas para o normativo à Diretoria Executiva, que, por sua vez, submeteu à deliberação do CONSAD, conforme registrado no protocolo nº 20.501.968-5.

Incluído na pauta da 128ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, que ocorreu em 29/04/2025, o colegiado aprovou a atualização do normativo.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Seguindo a determinação da DIREXE, o processo deverá ser encaminhado à Presidência e, posteriormente, retornar à Comissão para atender as recomendações elencadas pela SUPGOV/CCOMP (mov. 49; 20.501.968-5).

Após cumpridas as providências, o novo Regulamento de Licitações e Contratos da APPA estará apto à publicação e aplicação.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO. ESPECIFICAÇÕES.

A presente contratação tem por objeto a realização de curso *in company*, na modalidade presencial, com o tema "Planejamento, fase preparatória e integridade nas contratações", ministrado pela Supercia Capacitação e Marketing Ltda, para capacitação de até 50 servidores, a serem indicados pelas Diretorias de competência.

Carga horária total: 51 horas-aula (sendo que 7h/a referem-se à levantamento e diagnóstico), distribuídas em módulos específicos, que tratam de forma pormenorizada, temas que detêm maior potencial de sanear os pontos de fragilidade levantados pela Comissão de Revisão do RILC e identificados pelas áreas de Controle, CCONT, COLIC E COADM.

Farão parte da Grade programática os seguintes módulos:

- **Módulo: Planejamento e Fase Preparatória nas Contratações:** 8h/a
- **Módulo: Gestão de Riscos nas Contratações:** 8h/a
- **Módulo: Integridade nas Contratações:** 8h/a
- **Módulo: Planejamento da Contratação em Obras Públicas:** 8h/a
- **Módulo: Contratação de Serviços Terceirizados:** 12h/a

O curso será adaptado à realidade normativa da APPA, com discussão de casos práticos e interação direta com os servidores.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

O conteúdo programático do curso será **inteiramente adaptado à realidade normativa da APPA**, de modo que as aulas serão elaboradas com base nos normativos internos vigentes e nas diretrizes de planejamento e contratação já sedimentadas na Administração.

Durante o treinamento, **serão abordados casos práticos específicos do ambiente da APPA**, possibilitando a análise crítica de situações reais e a aplicação imediata do conhecimento adquirido.

Os professores indicados estarão **imersos e totalmente dedicados às rotinas e demandas da APPA durante a execução do curso**, favorecendo uma interação direta e exclusiva com os servidores, o que maximiza a efetividade do aprendizado, permite a resolução de dúvidas pontuais e contribui para a consolidação de boas práticas internas.

Essa metodologia de abordagem prática, direcionada e personalizada, assegura um aproveitamento qualitativamente superior por parte dos participantes, alinhando a capacitação aos objetivos estratégicos da APPA em matéria de excelência na gestão das contratações públicas.

Professores especializados participantes:

- **Tatiana Camarão**, Mestre em Direito, referência em Direito Administrativo e Licitações, com vasta experiência acadêmica e prática;
- **Márcio Medeiros**, especialista em Gestão de Riscos, Compliance e Planejamento Estratégico no setor público;
- **André Kuhn**, engenheiro civil e ex-dirigente do DNIT e VALEC, com sólida experiência em contratos de obras públicas;
- **Thiago Bergmann**, mestre em Administração, com atuação especializada em auditoria e licitações públicas no Tribunal Superior Eleitoral.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O objeto desta contratação não é serviço comum.

5. PESQUISA DE PREÇOS. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR.

Em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 40 da Lei nº 13.303/2016 e ao artigo 80, § 1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, a pesquisa de preços para contratações por inexigibilidade deve ser realizada mediante a comprovação da compatibilidade do valor com o praticado no mercado ou com aquele obtido em contratações anteriores do mesmo prestador, em condições semelhantes.

***Art. 80** O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos mínimos:*

(...)

***§1º** Nos casos de contratação direta por inexigibilidade de licitação a justificativa de preços poderá ocorrer meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pelo proponente em contratações similares celebradas junto a órgãos e entidade públicas ou privadas;*

Nesse contexto, a pesquisa de preços foi realizada mediante análise comparativa com contratos recentemente celebrados pela própria **Supercia Capacitação e Marketing Ltda.**, envolvendo objetos de natureza e complexidade similares, constatando-se que o valor proposto para a presente contratação, de **R\$ 198.800,00 (cento e noventa e oito mil e oitocentos reais) para curso de 51 horas**, é compatível com os preços historicamente praticados pela empresa, não havendo majoração específica em decorrência do atendimento à APPA.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Além das vantagens já expostas, cumpre destacar dois pontos de relevante consideração: primeiramente, a realização do curso em formato *in company* permitirá a interação direta entre os participantes, favorecendo a troca de experiências e a discussão focada em casos práticos e na solução de problemas pontuais da realidade da APPA, promovendo, assim, um ambiente de aprendizagem colaborativo e aplicado.

Em segundo lugar, o custo envolvido na vinda de três professores especializados para ministrar o curso é significativamente inferior ao que seria necessário para deslocar cerca de 50 empregados da APPA para participar de capacitação externa, medida que, além do elevado custo financeiro, inviabilizaria a operacionalização simultânea, podendo comprometer a continuidade dos serviços essenciais e gerar acúmulo de tarefas em prejuízo das atividades rotineiras da entidade.

Convergindo estes fatores, o resultado tem características únicas, de caráter insubstituível; o que inviabiliza a comparação objetiva com outros eventos que tratem de natureza semelhante, ainda que, abordem pontualmente, alguns temas em comum.

De todo modo, reforçando a ideia de vantajosidade na contratação, foram juntadas três notas de empenho/fiscais de cursos oferecidos para outras entidades, pelas quais, comparando-se a carga horária e valor do curso, constata-se que o valor ofertado para a presente contratação é compatível com os preços praticados pela empresa.

É essa configuração distinta, que possibilita somente a contratação sob a égide da inexigibilidade, afastando por completo, a natureza competitiva do mercado de cursos e eventos realizados de forma regular/periódica.

6. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida se enquadra como inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 30, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, diante da inviabilidade de

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

competição, justificada pela singularidade do objeto e pela notória especialização dos profissionais envolvidos.

É também a previsão expressa no inciso II, alínea “f” do artigo 77 do RILC que APPA, que excetua da licitação as contratações destinadas ao treinamento e aperfeiçoamento do pessoal, quando houver inviabilidade de competição, na contratação dos serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização.

O citado artigo ainda traz insculpido, no § 1º que “*considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato*”.

Neste sentido, incumbe esclarecer que a empresa **Supercia Capacitação e Marketing Ltda.** detém a expertise necessária para a execução do curso "Planejamento, Fase Preparatória e Integridade nas Contratações", com equipe composta por professores de reconhecido renome acadêmico e profissional nas áreas de Direito Administrativo, Licitações e Contratos Públicos, Obras Públicas e Governança Corporativa.

Desenhado para atender de forma personalizada as necessidades da APPA, considerando sua legislação interna, peculiaridades operacionais e os desafios de implementação do novo Regulamento Interno de Licitações e Contratos, o conteúdo programático foi especialmente adaptado às necessidades da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, abrangendo a nova regulamentação interna, estudos de caso práticos e análise específica dos procedimentos adotados no ambiente portuário, o que reforça o caráter singular do serviço.

Ademais, a estrutura proposta para a realização do curso, envolvendo a participação direta de até 50 servidores, em formato *in company*, com conteúdo customizado

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

e dinâmicas voltadas à realidade da APPA, evidencia a inviabilidade de competição e o atendimento ao interesse público, justificando a escolha da modalidade.

O quadro de docentes indicado para a execução do curso é composto por profissionais de reconhecida trajetória nacional e notório saber nas áreas de Direito Administrativo, Licitações, Contratos Públicos, Obras Públicas, Governança e Integridade Corporativa, conforme detalhamento curricular apresentado no **Anexo I** deste Termo de Referência. Dentre os instrutores destacam-se:

- **Tatiana Camarão**, Mestre em Direito, referência em Direito Administrativo e Licitações, com vasta experiência acadêmica e prática;
- **Márcio Medeiros**, especialista em Gestão de Riscos, Compliance e Planejamento Estratégico no setor público;
- **André Kuhn**, engenheiro civil e ex-dirigente do DNIT e VALEC, com sólida experiência em contratos de obras públicas;
- **Thiago Bergmann**, mestre em Administração, com atuação especializada em auditoria e licitações públicas no Tribunal Superior Eleitoral.

A seleção das datas para a realização do curso, previstas para o início do mês de junho de 2025, decorreu da necessidade de garantir a disponibilidade dos referidos profissionais, preservando o nível de qualidade desejado tanto para as aulas presenciais quanto para o material didático a ser elaborado, assegurando que as práticas ensinadas reflitam a experiência consolidada dos instrutores.

7. LOCAL DE ENTREGA

O curso será realizado no Auditório do Palácio Taguaré – Av. Ayrton Senna, 161, Dom Pedro, Paranaguá/Paraná.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Arcar com todos os custos que incidam direta ou indiretamente sobre os itens ofertados

Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a execução do objeto.

Manter firme sua proposta durante o seu prazo de validade.

Entregar os produtos objetos do presente contrato nas especificações contidas no Termo de Referência e demais elementos que integram o Processo Administrativo.

Apresentar os documentos fiscais dos produtos fornecidos em conformidade com a legislação vigente.

Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e Termo de Referência, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários.

Corrigir eventuais falhas no cumprimento de suas obrigações no prazo estabelecido pelo fiscal do contrato.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto.

Comunicar imediatamente à fiscalização do Contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, que atente contra o adequado cumprimento deste contrato, para que sejam adotadas as providências necessárias.

Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato.

Responsabilizar-se por quaisquer danos causados no patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros devido à incorreta execução do objeto.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução do objeto.

Nomear, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, um responsável/preposto pelo contrato e um substituto para esse preposto, com a missão de garantir a adequada execução do contrato, fornecendo os necessários meios de comunicação com os mesmos.

Fornecer à CONTRATANTE, no mínimo, um número de telefone fixo, um número de telefone móvel e um endereço de e-mail, objetivando a comunicação rápida no que se refere à execução do presente contrato.

Executar o objeto dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Termo de Referência e seus Anexos, devendo ser imediatamente refeitos aqueles que a juízo da CONTRATANTE, não forem julgados em condições satisfatórias, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado, ainda que em decorrência se torne necessário ampliar o horário da prestação de serviços ou prorrogar o prazo de execução do contrato.

Executar diretamente o Contrato, sem subcontratações ou transferência de responsabilidades, salvo quando devidamente justificado e após expressa e formal autorização da CONTRATANTE;

Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito do objeto.

Comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pela CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

Cumprir e fazer cumprir todos os termos do Código de Ética e Disciplina da CONTRATANTE.

Comparecer pessoalmente à sede administrativa da CONTRATANTE para assinatura de contratos e eventuais aditivos contratuais, quando solicitado.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato e no Edital.

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, na forma disposta neste contrato.

Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais.

Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

Comunicar oficialmente a CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas em relação ao objeto do contrato, determinando o prazo para sua correção.

Recusar os produtos que forem apresentados em desacordo com as normas técnicas específicas.

Promover a publicação do extrato do presente contrato e de seus eventuais aditamentos no Diário Oficial do Estado do Paraná e em sítio eletrônico da CONTRATANTE, até o décimo dia útil do mês subsequente à contratação.

A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

10. REAJUSTE. PREÇO. PAGAMENTO.

A esta aquisição não se aplica o conceito de reajuste.

Os serviços deverão ser prestados pelo preço ofertado na proposta.

O pagamento dos produtos será efetuado pela APPA em até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal/fatura ou recibo emitida pela contratada, conferida e certificada pelos fiscais do contrato.

O pagamento do valor do objeto será efetuado mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura eletrônica, através de crédito em conta corrente bancária em até 30 (trinta) dias da emissão, recebimento, aceitação e certificação da Nota Fiscal/Fatura Eletrônica emitida pela contratada.

Constatando-se irregularidades na documentação apresentada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE devolverá a fatura para as devidas correções.

Ocorrendo a devolução da fatura, considerar-se-á como não apresentada para efeitos de pagamento e atendimento às condições contratuais.

O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

A conta bancária indicada para o pagamento deverá ser de titularidade da pessoa jurídica contratada, emissora da nota fiscal, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Os pagamentos serão realizados de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

O descumprimento das condições do item acima acarretará a postergação do pagamento por tantos dias quantos corresponderem ao atraso.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

A APPA não fica obrigada, de qualquer forma, a pagar qualquer aumento de preço que provenha de atraso nos prazos programados, por culpa do contratado.

A criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais após a assinatura do contrato de comprovada repercussão sobre os preços contratuais, poderão resultar em acréscimo ou diminuição dos preços, conforme cada caso.

Os documentos de cobrança apresentados pelo contratado serão pagos deduzidas as importâncias que, a qualquer título, sejam devidas à APPA por aquele.

O preço por item e/ou global contidos na Proposta de Preços do contratado são finais, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluído nos mesmos o pagamento de todas as despesas diretas e indiretas oriundas da execução dos serviços, sejam elas provenientes da remuneração dos serviços dos profissionais, encargos trabalhistas e previdenciários, impostos, taxas e contribuições, insumos, deslocamento, diárias, estadas, despesas com viagem e locomoção, transportes, fretes, aluguéis, materiais e equipamentos, enfim, qualquer despesa relativa a esta contratação, não cabendo qualquer outra.

Os pagamentos poderão ser suspensos por inadimplemento contratual ou infração legal, uma vez comunicado ao contratado, até que este cumpra integralmente a condição contratual ou legal infringida.

Em caso de mora da contratante na realização do pagamento, incidirão juros de mora de 1% ao mês, a ser calculado, de forma simples, entre a data do vencimento da obrigação e a data em que ocorrer o efetivo pagamento.

Os processos de pagamento serão acompanhados de Certidão Negativa de Débitos Tributários – CND da Fazenda Pública Estadual, Federal, Municipal, INSS, FGTS e CNDT.

Em caso de perda superveniente das condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, fica ressalvada a possibilidade de pagamento com a consequente abertura de procedimento para apuração de descumprimento contratual.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

11. SUSTENTABILIDADE

Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental.

A CONTRATADA deverá assumir as responsabilidades e tomar medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra qualquer passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades.

12. SUBCONTRATAÇÃO

O objeto deste Termo de Referência não admite a subcontratação do objeto em função de suas peculiaridades.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

Será admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

- Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação;
- Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- Haja anuência expressa da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA a sua continuidade.

A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

14. CONTROLE DE EXECUÇÃO

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA designará grupo de fiscais, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização do Contrato, nos aspectos legais e técnicos, objetivando o não prejuízo à APPA e seus colaboradores, em todos os aspectos pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

Na hipótese de dispensa de redução à termo escrito de Contrato, os participantes do curso colocam-se como responsáveis pelos atos da contratação que lhes couber.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e a CONTRATADA que incorram em infrações sujeitam-se às sanções previstas na Lei nº 13.303/16 e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA.

16. MATRIZ DE RISCO E GARANTIA CONTRATUAL

Considerando a natureza da contratação, voltada à prestação de serviços educacionais internos, com riscos operacionais mínimos e possibilidade de reprogramação de datas em caso de intercorrências, entende-se que a elaboração de matriz de riscos não se mostra necessária para esta contratação.

A execução do objeto poderá ser imediatamente ajustada ou interrompida caso não atenda às expectativas de qualidade previstas.

O risco financeiro é mitigado pela forma de pagamento ajustada, que ocorrerá após a realização do curso e mediante a certificação dos serviços prestados.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Em razão da curta duração da execução, da natureza do objeto e da possibilidade de correção imediata de eventuais falhas, também não será exigida garantia contratual.

Paranaguá, 8 de maio de 2025.

Stephanie Avila Fonseca Dias

Coordenadora do Contencioso Trabalhista

Assinatura eletrônica

Maria Augusta Mendes Gonçalves da Silva

Coordenadora Administrativa

Assinatura eletrônica

Rodrigo Di Piero Mendes

Gerente da Procuradoria do Consultivo

Assinatura eletrônica

COMUNICAÇÃO INTERNA 3350/2025.

Documento: **CleTRcursoincompanyplanejamentonascontratacoes.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Stephanie Avila Fonseca Dias (XXX.966.489-XX)** em 08/05/2025 15:02, **Rodrigo Di Piero Mendes (XXX.420.919-XX)** em 08/05/2025 17:38.

Assinatura Simples realizada por: **Maria Augusta Mendes Goncalves da Silva (XXX.534.059-XX)** em 08/05/2025 15:51 Local: APPA/DJU.

Inserido ao documento **1.528.688** por: **Stephanie Avila Fonseca Dias** em: 08/05/2025 15:02.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

14dc2c30fa30731fc75358d6e6576ea6.